

A LUTA IMPÕE-SE!

CONTRA A PRECARIEDADE E PELO TRABALHO COM DIREITOS CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores do Museus, Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos têm vindo a perder direitos fundamentais contidos no estatuto próprio que tinham conquistado e que foi destruído com as medidas economicistas dos Governos do PS e do PSD/CDS, agravadas com o resgate financeiro que os mesmos partidos assinaram com FMI/BCE/UE. Medidas que visam principalmente a destruição da funções sociais do estado e com isso o encerramento de serviços públicos, nomeadamente, na educação, na saúde, na segurança social, na cultura, na economia, no ambiente, na agricultura e também na cultura.

Este governo, PSD/CDS apoiado na intervenção estrangeira do FMI/BCE/UE, está apostado em desvalorizar os trabalhadores da Administração Pública e mesmo em despedi-los “amigavelmente”.

Confirma-se já que serão 30.000 o número a dispensar. E nestes estão os trabalhadores da cultura das carreiras de assistentes operacionais e assistentes técnicos.

A Cultura, para além de ter sofrido um corte orçamental colossal, deixou de ter para este governo, a dignidade necessária para continuar a ser um Ministério, sendo hoje gerida por uma Secretaria de Estado, que não passa de um organismo liquidatário do projecto de cultura, inscrito na constituição, utilizando-a para responder à reivindicação de clientelas privadas que vêm neste sector potencialidades de lucro.

Os trabalhadores dos estabelecimentos culturais dependentes, directa ou indirectamente, da Direcção-Geral do Património Cultural, estão a ser confrontados com questões pertinentes que afectam particularmente a sua dignidade profissional, a sua qualidade de vida e a qualidade do serviço prestado ao público visitante, para as quais têm pedido respostas, e que são designadamente:

- **A falta crónica de pessoal, nomeadamente na área de vigilante-recepção;**
- **A destruição das carreiras e consequentemente da especificidade funcional;**
- **A ausência, em grande parte, consequência da falta de pessoal, de um regulamento de horário de trabalho que garanta a construção de escalas de serviço que respeitem os períodos de descanso concedidos por lei;**
- **O recurso ilegal a contratos de emprego de inserção(CEI), para o cumprimento de tarefas permanentes e outras formas de precariedade.**

O Governo, também na Cultura, quer esconder estes factos vividos todos os dias e pretende dar uma ideia de vitalidade do sector com o desenvolvimento ideologicamente programado de “iniciativas culturais” em alguns museus e outros estabelecimentos culturais, fora do período normal de funcionamento à custa da vida familiar dos trabalhadores, que são obrigados a fazer trabalho extraordinário, pago a preço de “saldo”.

Com a mesma perspectiva, a Secretaria de Estado decidiu comemorar o Dia Internacional dos Museus e Palácios, obrigando os trabalhadores a fazer trabalho extraordinário, como já tinha acontecido no passado dia 18 de Abril, com o Dia dos Monumentos e Sítios Arqueológicos.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, considerando a opinião dos trabalhadores, decidiu a exemplo do passado dia 18 de Abril, emitir um Aviso-prévio de Greve às

horas extraordinárias para o dia **18 de Maio**, apelando a todos os trabalhadores que exerçam o seu direito à Greve, rejeitando assim, o trabalho extraordinário neste dia.

Lembramos todos dos trabalhadores com contrato de emprego de inserção(CEI), que não podem substituir trabalhadores em greve e que o IEFP e as direcções dos estabelecimentos culturais foram informados da imperiosa necessidade do cumprimento da Lei.

A Federação já entregou, na Secretaria de Estado da Cultura, uma proposta de Acordo Colectivo de Entidade de Empregadora Pública (ACEEP), para negociação, para a qual ainda não recebemos resposta. Por outro lado, está em discussão com os trabalhadores uma proposta de Caderno Reivindicativo dos trabalhadores do sector. Ambos os documentos são um importante contributo, assim haja vontade política, para a solução dos muitos problemas que afectam os trabalhadores e a qualidade dos serviços públicos da Cultura:

O fim do recurso ilegal à precariedade, designadamente de CEIs para o exercício de funções de carácter permanente; a dotação dos mapas de pessoal com os postos de trabalho efectivamente necessários em regime de contrato sem termo e integração nos mapas de pessoal de todos os trabalhadores em situação precária; a recuperação da especificidade funcional; o estabelecimento de um horário de trabalho que garanta o direito ao descanso e ao convívio familiar, entre outras reivindicações constam do Caderno Reivindicativo aqui referido.

A Federação responsabiliza desde já a SEC pelo facto de os trabalhadores terem que recorrer à greve às horas extraordinárias e pelas consequências que da mesma advenham.

Os trabalhadores da Cultura, pensando no seu presente e no seu futuro, não podem deixar de dizer BASTA! a esta políticas de austeridade, pelo que, quer no plano sectorial, quer geral, não podem deixar de contribuir para a luta, contra a destruição dos serviços públicos, pelo emprego com direitos e contra os despedimentos na Administração Pública.

Há mais do que motivos para lutar! Há mais do que razões para participarmos todos na MANIFESTAÇÃO NACIONAL da CGTP-In, convocada para o dia 25 de MAIO, em BELÉM-LISBOA

AOS TRABALHADORES NADA É DADO DE BANDEJA!

A LUTA É O CAMINHO!

Maio/2013

A FNSTFPS

**SINDICALIZA-TE!
CONTACTA O TEU SINDICATO**



sindicato dos
trabalhadores
da função pública do norte



Funções públicas e sociais
sntfp
centro



**sindicato dos
trabalhadores em
funções públicas e sociais
do sul e regiões autónomas**

www.fnstfps.pt